



Oliveira do Bairro câmara municipal

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA DA
CÂMARA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DO
BAIRRO, REALIZADA NO DIA 28 DE
FEVEREIRO DE 2013.**

Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro de dois mil e treze, nesta Cidade de Oliveira do Bairro, na Sala de Reuniões de Câmara Municipal, sita nos Paços do Município, realizou-se pelas catorze horas e trinta minutos, sob a Presidência do Presidente da Câmara, Mário João Ferreira da Silva Oliveira e com a participação dos Vereadores, Laura Sofia Aires Ferreira Pires, Carlos Manuel Ferreira Ferreira e Henrique Santiago Tomás, a reunião ordinária pública da Câmara Municipal de Oliveira do Bairro, ao abrigo do disposto no art.º 62.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro e nos termos da deliberação do Executivo Municipal datada de 27 de Outubro de 2009.

.....

Não estiveram presentes o Vice-Presidente da Câmara Joaquim Manuel Santos Alves de Jesus e os Vereadores Jorge Diogo Cardoso Mendonça e Lília Ana da Cruz Oliveira Martins Águas, tendo o Vice-Presidente da Câmara comunicado a respetiva ausência em 25 de fevereiro e os Vereadores Jorge Mendonça e Lília Águas comunicado as suas ausências em 28 de fevereiro.

As faltas foram consideradas justificadas.

O Vice-Presidente da Câmara e a Vereadora Lília Ana Águas requereram a correspondente substituição ao abrigo do disposto do n.º 1 e n.º 2 do art.º 78, conjugados com o n.º 1 do art.º 79.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Nos termos e ao abrigo do disposto no art.º 78 da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, compareceram Amílcar António Eusébio Mota, na sequência e em substituição de Joaquim Manuel Santos Alves de Jesus, que se encontra ausente, de acordo com a sua comunicação de 25 de fevereiro de 2013 e Jorge Ferreira Pato em substituição de Lília Ana da Cruz Oliveira Martins Águas, que se encontra ausente, de acordo com a sua comunicação de 28 de fevereiro de 2013.

Tendo sido verificada as respetivas identidades e legitimidade, passaram os mesmos a participar na presente reunião.

.....

Pelo Presidente da Câmara foi declarada aberta a reunião, tendo-se procedido à apreciação dos



Oliveira do Bairro câmara municipal

assuntos constantes da respetiva Ordem de Trabalhos, antecipadamente entregue a todos os Vereadores.....

ADITAMENTO DE PONTOS EXTRA À ORDEM DO DIA DA REUNIÃO

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade reconhecer a urgência na introdução dos pontos do aditamento na Ordem de Trabalhos da presente Reunião de Câmara, nos termos das disposições conjugadas dos art.º 19.º do Código de Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 424/91 de 15 de Novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro e art.º 83.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, alterado pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro.

PONTO 1 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA | ASSUNTOS DE INTERESSE CONCELHIO.....

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Presidente da Câmara e os Vereadores Amílcar Mota, Laura Pires, Carlos Ferreira, Jorge Pato e Henrique Tomás.

O Vereador Henrique Tomás, referiu que uma notícia do Jornal da Bairrada dava conta que cinquenta novas famílias do concelho necessitam de ajuda, o que reflete a situação do país e assim, entende que o Município deve ter uma vigilância especial para estes casos.

Disse ainda que a situação junto à Escola de Condução continua por resolver e as pessoas têm vindo a reclamar junto dele. Entende que a solução deveria ser uma pequena rotunda com alguns ajustes.

Repudia as declarações do senhor Presidente da Assembleia Municipal acerca da votação do parecer da Direção Regional de Economia do Centro sobre a hipótese de se repor a morfologia anterior da exploração da Freguesia da Palhaça. Aquilo que foi solicitado foi um parecer não vinculativo em relação à morfologia anterior em relação a uma exploração de barro. Acha que a essa reposição é a forma mais correta de resolver a situação, sem qualquer problema de consciência. Acha que deve ser feito com a vigilância que o Decreto-Lei 183 estabelece.

O Presidente da Câmara começou por dizer, relativamente à notícia do Jornal da Bairrada, que se deve dar evidência não à carência das famílias mas sim à resposta da Rede Social. As decisões de apelo à campanha e à angariação de meios é que se deve valorizar, de forma a minimizar estas situações.

Relativamente à rotunda junto à Escola de Condução, o que lá está é a título provisório porque pode necessitar de algum ajustamento. Já sofreu alguns ajustamentos. Os técnicos da Câmara Municipal entendem que aquela é a melhor resposta.



Oliveira do Bairro câmara municipal

Informou que a sinalização horizontal junto ao estacionamento da Escola Secundária já está no terreno.

Deu também nota, de que as obras da Alameda da Cidade continuam a bom ritmo e em poucos meses estará concluída.

Em relação aos arruamentos da Zona Industrial de Oiã Poente, referiu que o trabalho inicial foi mal executado, pelo que houve agora, a necessidade de sanear solos a 50 cm de profundidade, quando no projeto se previa apenas a 20 cm.

Sobre a intervenção do Vereador Henrique Tomás e para melhor resposta à questão do Parecer emitido na Reunião de Câmara de 31 de janeiro de 2013, solicitou a audição da gravação da discussão do assunto naquela Reunião, que seguidamente se transcreve.....

"PONTO 5 – OFÍCIO DA DIREÇÃO REGIONAL DE ECONOMIA DO CENTRO – PEDIDO DE PARECER NO ÂMBITO DA CARTA ARQUEOLÓGICA E SOBRE O PLANO PEDREIRA.

Presidente da Câmara: Sobre esta matéria, e para quem consultou, para quem analisou, para quem pediu cópias e leu, está uma Informação subscrita pela Técnica da área do Ambiente, Eng.ª Sandra Costa, que agendei para esta reunião, em que submete à consideração superior, neste caso da Câmara Municipal, aquilo que ela própria subscreve e que tiveram oportunidade de ler, mas que é no sentido de, cumprindo os diplomas e naturalmente aquilo que foi pedido pela entidade proprietária do local, SóArgilas – Comércio de Barros, Lda..

Escreve ela a dada altura aqui na Informação, o seguinte: Estes Serviços não veem inconveniente na emissão de Parecer favorável com as seguintes condições:

- Seja dado cumprimento integral ao PARP;.....

- Os trabalhos de enchimento devem ser conduzidos, minimizando os impactos ambientais;

- O Plano de Monitorização deve ser seguido com rigor. Esta acho uma importante referência, naturalmente é tudo no cumprimento da Lei, mas o acompanhamento daquilo que será o enchimento e a reposição, neste caso desta Lagoa, após a extração com inertes e a questão aqui é, com inertes, algo pelo qual esta Câmara Municipal em vários Planos que levou a efeito em anos que já passaram e aquilo que é a análise, ainda hoje, dos Técnicos da Câmara Municipal e da nossa parte, é que essa é de facto, não podendo ser algo que leve a uma recuperação apenas paisagista e turística dada a conjuntura e que não se antevê. A melhor forma, exatamente depois dessa, ou em alternativa a essa, é de facto a reposição por inertes com o devido acompanhamento, com um controle muito de perto por parte das entidades a quem compete.....

Continuando aqui na questão das condições:.....

- Deverá existir um controle das emissões da concentração de poeiras;



Oliveira do Bairro câmara municipal

- Os pisos das vias atravessadas, sobretudo as de terra batida e da zona de aterro deverão ser tratados por exemplo através da rega dos acessos não pavimentados, devido ao aumento das concentrações de partículas, pela existência de um conjunto de fontes emissoras e pela circulação de viaturas;

- Ter cuidados redobrados com o aumento do tráfego de maquinaria pesada, congestionamento do tráfego e com o aumento do risco de acidentes;

- Proteção das linhas de água, águas pluviais e aquíferos na envolvente, devido à sua possível contaminação, provocada pela ocorrência de sólidos suspensos totais;

- Todas as entidades envolvidas neste processo, em especial a DRE, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, Instituto de Conservação da Natureza e da Biodiversidade, a Administração Regional de Saúde e os Serviços da área de Fiscalização e de Ambiente da Câmara Municipal, deverão ter uma atenção vincada na defesa escrupulosa e integral de todas as condições ambientais e de saúde pública;

- Cumprir na íntegra os seguintes diplomas: Decreto-Lei 183/2009, de 10 de agosto, a Portaria 209/2004, de 3 de março e o Decreto-Lei 10/2010, de 4 de fevereiro.

Acrescento a esta Informação, para informar os senhores Vereadores, o seguinte: o senhor Vereador Carlos Ferreira, por minha orientação, abordou este assunto com o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Palhaça, porque isto localiza-se exatamente na divisão das freguesias, e o senhor Presidente da Junta de Bustos, sobre este pedido e sobre o agendamento deste assunto para esta Reunião de Câmara e o pedido de Parecer ou a Proposta de Parecer que estava aqui para ser debatida e votada.....

Posto isto, eu dou a palavra ao senhor Vereador Carlos Ferreira para completar alguma informação, para depois discutirmos o assunto.

Vereador Carlos Ferreira: Isto trata-se de um licenciamento, de uma revisão daquilo que estava já licenciado. Isto era um barreiro em que foi atingida a cota máxima de exploração e vem agora o titular da exploração, que é a empresa SóArgilas, solicitar a revisão do Plano Ambiental de Recuperação Paisagística, que está incluído naquilo que é o Plano de Lavra daquela pedreira.

E o que é que isto quer dizer? O que estava aprovado e que obteve parecer favorável da Câmara Municipal à altura, era constituir uma Lagoa, uma Lagoa, povoar com peixes, esperar que isto traga um fomento de aves migratórias. Com isto, fomentar a caça e a pesca e criar um polo turístico, potenciar a criação do polo turístico à volta desta Lagoa.

Ora, meus senhores, como os senhores devem compreender, dada a atual conjuntura, eu não acredito em nada disto, vai lá ficar uma Lagoa e pouco mais e os problemas que hoje já temos irão



Oliveira do Bairro câmara municipal

continuar a persistir.

Penso que não é nada disto, nós defendemos, e volto também um bocado a falar daquilo que é o projeto político do PSD, arranjar uma solução que seja exequível e que resolva o problema e nós entendemos que a resolução para nós, e que é exequível, é repor ao estado natural inicial o terreno, promovendo depois a reflorestação do mesmo terreno.

Com isto e voltando um bocado àquilo que era a nossa pretensão e estratégia para aquele local, e este assunto até já foi aqui afluído, a Câmara pediu um parecer de localização sobre este tipo de atividade, o enchimento daquele barreiro com solos, terras e com inertes provenientes de RCD's da cerâmica, sem estarem contaminados e devidamente tratados. Obtivemos o Parecer favorável.

Como os senhores devem compreender isto foi discutido numa Reunião de Câmara, a empresa SóArgilas teve conhecimento disto e rapidamente deve ter percebido que havia aqui uma oportunidade de negócio e muito bem.

Porque isto era uma pretensão nossa, agora a verdade é que nós, para fazermos este tipo de projeto, tínhamos de comprar os terrenos. Penso que vamos juntar aquilo que é a nossa pretensão à capacidade de uma empresa, que é uma empresa grande e que vai conseguir rapidamente pôr isto em prática e resolver.

Eu também não acredito que isto seja num ano ou em dois, a pedreira é enorme, atendendo também à reduzida atividade na construção civil, na cerâmica e neste tipo de exploração de inertes e de obras públicas. Penso que isto ainda vai demorar uns anos, mas acho que este é o caminho correto e atendendo à Informação da Técnica, que eu acho que foi excelente, elenca aqui um conjunto de condições, que acho que a gente deve assegurar-se.

Eu acho que esta é uma solução para a qual a gente só tem de emitir um Parecer, a responsabilidade de licenciar é da Direção Regional de Economia, mas penso que estaremos em condições de todos aprovarmos esta solução que, no meu entender, é a mais adequada, atendendo à conjuntura atual do nosso País.

Vereador Jorge Mendonça: Quero desde já agradecer o facto de o senhor Presidente ter lido o documento porque o que me foi enviado só tem o rosto, não tem a parte de trás. Eu já tinha visto e o senhor Presidente leu e, enfim, recordei-me daquilo que já tinha visto.

Eu percebi a explicação que o Dr. Carlos Ferreira deu, ou seja, a empresa tinha assumido uma determinada ideia inicial, que era converter aquilo num polo de atração turístico mas virado mais para a água, manter aquilo, encher, colocar espécies, se foi isso que eu entendi. E é o que está aprovado.

Esta Lagoa tem água? Não tem água! Eu estava a ter alguma dificuldade em perceber como é que



Oliveira do Bairro câmara municipal

aquela volumetria toda de água ia ser retirada, mas se não tem água

O que eu queria saber senhor Presidente, é se o Parecer que o Executivo irá dar, se é vinculativo ou não. Como não tem cá a fundamentação, que deveria estar eventualmente atrás, não sei qual é a legislação aplicável, não consulte, se o nosso Parecer é vinculativo ou se é um Parecer meramente consultivo.

Vereador Carlos Ferreira: Não posso precisar, o que também sei é que há mais entidades que vão emitir este Parecer, nomeadamente a ARS também vai emitir e há mais outro organismo, não tenho aqui a legislação, não posso precisar, mas parece-me a mim que não é vinculativo, é um mero Parecer, até porque o que está previsto na Lei é que decorridos trinta dias não há Parecer, entende-se que o Parecer é favorável. É um deferimento tácito. Isso está previsto na Lei, que eu tive o cuidado de ver e lembro-me disso.

É um Parecer que não é vinculativo.....

Vereador Henrique Tomás: Alguma parte das dúvidas que eu tenho passam também por esta dúvida apresentada. Fiquei esclarecido, uma vez que se trata de um Parecer não vinculativo.

Como o senhor Presidente referiu, já temos alguma experiência e eu tenho mais outras porque sou mais velho e lembro-me dos barreiros onde está hoje a Escola Secundária de Oliveira do Bairro. Houve um processo, já na altura complicado, para que ali próximo, houvesse um barreiro e que, o barro fosse retirado até uma cota considerada razoável ou legal e, portanto, aquilo que me parece importante está referenciado pela Técnica que deu o Parecer. Não conheço o barreiro, mas, deverá ser grande como ouço aqui e portanto isto é um trabalho para muitos anos, para vários anos.....

O que me parece também importante que está referenciado na documentação, e que me parece que é razoável e que deve ser assim, é a reposição da morfologia original.

Isso pressupõe uma grande movimentação de terras, de camiões, de máquinas e, portanto, exige, como a própria Técnica diz, uma vigilância e uma coordenação e uma supervisão, que eu penso, terá que ser da responsabilidade do Município, ou da Câmara. E, portanto, a partir do momento, eu penso que esta é a melhor solução, que é a reposição da morfologia e esqueçamos as lagoas e, enfim, nós sabemos que havia uma aqui na Murta, junto aquela zona residencial, que servia até para que os alunos saíssem da Escola e procurassem aquela lagoa e, enfim, penso que até numa delas, do lado da Barvel, morreu uma senhora e do outro lado morreu um jovem. Portanto, eu acho que acabam por ser lagoas sem vigilância, sem sanidade, digamos assim, águas apenas acumuladas das chuvas e isso eu penso que é muito complicado.

A partir do momento em que as condições são baseadas na tal tabela número 1 do anexo 4.º do Decreto-Lei 183/2009, eu parto do princípio que essa reposição irá ser feita com a tal supervisão e



Oliveira do Bairro câmara municipal

vigilância que eu considero extraordinariamente importante. Desde que assim seja, e naturalmente uma vez que isto é para uns anos, eu acho que a tarefa deve ter pernas para andar porque depende também daquilo que lá vão depositar, porque já sabemos que houve uma guerra muito grande aqui há uns anos, inclusivamente na Assembleia da República e portanto, se assim for e desde que haja a garantia que a própria Técnica evidência, aí eu estou perfeitamente de acordo. ...

Presidente da Câmara: Eu só queria reforçar o seguinte: a Câmara Municipal, na medida daquilo que lhe for permitido legalmente e ao seu limite, tudo fará para controlar, exigir ser parte ativa nesse controle, enfim, não sei se poderá amanhã vir a protocolar com a empresa acompanhamento de serviços, respetivo pagamento, porque obviamente isto vai implicar cobrança de valores. É uma entidade privada que irá cobrar valores a outras entidades privadas e portanto a Câmara Municipal terá aqui uma palavra a dizer mas, como dizia o senhor Vereador, quem licencia não é a Câmara Municipal, é o Ministério da Economia, neste caso a Direção Regional de Economia do Centro e, como tal, lutaremos por isso.

Estabeleceremos, após este Parecer, contactos mais próximos com a entidade, no sentido de perceber melhor o verdadeiro projeto, o acompanhamento. E, de facto, desde que seja fiscalizado, desde que seja com reposição de inertes e depois, na fase final, naturalmente com solo que possa permitir nova arborização, nova reposição de acordo com aquilo que lá existia, enfim, demorou muitos anos a abrir, a explorar e demorará, naturalmente, muito tempo a repor, mas, face a tudo quanto é um passado, a não sei quantas lutas legítimas, aguerridas em defesa daquilo que é nosso, não podemos apenas ficar por aí.

De facto, temos de ser, não só reativos, ser pró-ativos naquilo que é o verdadeiro interesse, ou seja, se o verdadeiro interesse é repor com total segurança, total acompanhamento, o solo como estava, naturalmente não podemos agir de forma contrária.

Vereador Carlos Ferreira: Este tipo de atividade não é caso único, nós até podemos facilmente constatar. Temos um caso em Portunhos de uma pedreira que neste momento está com este tipo de atividade. Temos também num Concelho aqui também vizinho, que é o de Vagos, em Ouça, uma situação similar. E dizer-vos que isto tem um controle muito apertado por parte do Ministério do Ambiente e com isto, também dizer que este tipo de atividades é licenciado porque se trata de um barreiro, a atividade em si é por nós licenciada, não digo quase todos os meses, este enchimento só vem aqui porque se trata de uma pedreira, porque tem um plano que está aprovado e eles vão alterar.

E nós temos casos bem aqui perto, que são enchimentos normais, trata-se de um enchimento normal, não há aqui nenhum drama, não há resíduos, não há lixeiras nenhuma, isto são coisas que



Oliveira do Bairro câmara municipal

são devidamente acompanhadas. E é o que eu digo, o problema disto é que se trata de uma pedreira e tem de se alterar o que estava lá previsto para esta atividade, não há problema nenhum meus senhores, isto faz-se em vários terrenos aqui bem perto onde há declive, que é necessário fazer um enchimento. Eu acho que isto tem de ficar bem claro.

Presidente da Câmara: Depois desta discussão, esclarecimentos, penso que estamos em condições de votar e como proposto vou submeter à votação.

Pergunto: Quem vota contra? Quem se abstém?.....

Aprovado por unanimidade!.....

Agora, eu pedia, gostaria aqui de dizer ao Sr. Miguel, enfim, permitam-me, estamos em reunião, mas eu gostaria que o que aconteceu com a cópia, que foi só da primeira página, naturalmente compreenda Sr. Vereador, que eu não estou a controlar as cópias que são feitas ou se falhou. O Sr. evidencia essas coisas todas e acho que faz muito bem. Eu peço ao Sr. Miguel que temos de ter o cuidado suficiente para que não aconteça isto.”.....

O Presidente da Câmara, referiu que esta é a melhor resposta para tudo quanto se diz acerca desse assunto.

O Vereador Jorge Pato, referiu que não esteve na reunião desta votação mas entende que há duas vertentes, uma é a declaração do Presidente da Assembleia Municipal que entende que cai por terra uma vez que o assunto foi discutido, outra, é a questão técnica que a sociedade civil levantou. A este respeito entende que as pessoas votam de boa fé pois a maneira como a questão foi posta não levava a que houvesse este debate, mas entende a preocupação da sociedade civil.....

O Vereador Carlos Ferreira, disse:

"Após esta audição da gravação da reunião de câmara e da leitura das páginas de publicidade do Jornal da Bairrada onde consta uma carta do Sr. Vereador Dr. Jorge Mendonça dirigia ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal objeto de publicação sob a forma de publicidade, tenho que fazer as seguintes considerações e vou-me limitar a factos sem mais considerações e sem juízos de valor:

1.º que o Sr. Vereador esteve na Câmara, leu a documentação e com muita atenção, senão vejamos, a sua intervenção "quero desde já agradecer o facto de o Sr. Presidente ter lido o documento porque o que me foi enviado só tem o rosto não tem a parte de trás. Eu já tinha visto e o senhor Presidente leu e recordei-me daquilo que já tinha visto" – 18 dias depois o Sr. Vereador altera a sua opinião escreve "foi o assunto apreciado e discutido de uma forma absolutamente superficial apenas com base na sucinta e abreviada apresentação efetuada pelo Sr. Presidente de Câmara"......



- 2.º que o Sr. Vereador não manifestou qualquer oposição na discussão deste ponto devido a ter apenas recebido cópia da parte da frente da Informação Técnica por lapso dos serviços – 18 dias depois o Sr. Vereador altera a sua opinião e escreve “manifestei a minha oposição a esta situação, facto este que poderá ser confirmado através de audição da gravação”.....
- 3.º Foi o Sr. Presidente que chamou à atenção os Serviços para terem mais cuidado com as cópias dos documentos enviados aos vereadores, como se pode verificar na sua intervenção “digo ao Sr. Miguel que nós devemos ter o cuidado suficiente para que não aconteça isto” e não o Sr. Vereador.....
- 4.º O Sr. Presidente tinha razão sobre as referências aos pensamentos do senhor Vereador, senão vejamos “porque a dada altura pode o senhor Vereador pensar que o Presidente da Câmara faz questão em mandar apenas uma folha em vez de duas”.....
- 5.º O ofício da Direção Regional da Economia do Centro que despoletou este processo e que se encontra no processo diz no assunto “Processo de Licenciamento (Revisão de Plano de Pedreira) da pedreira de argilas n.º 5928, denominada “Barroquinha”, sita em Albergue, na freguesia de Palhaça, concelho de Oliveira do Bairro, distrito de Aveiro, sendo seu explorador a firma Só Argilas – Comércio de Barros, SA – Pedido de Parecer que o Sr. Vereador teve oportunidade de ler e solicitar a sua cópia - 18 dias depois o senhor Vereador escreve “embora apresentado como pedido de parecer sobre a revisão do plano de lavra da pedreira, o que a deliberação tomada pelo executivo municipal de Oliveira do Bairro parece consubstanciar é sim e de forma lamentável, um parecer favorável à instalação de um depósito de resíduos de inertes”.....
- 6.º O mesmo ofício que o senhor Vereador teve oportunidade de ler e solicitar a sua cópia logo no 1.º parágrafo faz o enquadramento do pedido de parecer no regime jurídico de pesquisa e exploração de pedreiras – alínea c) do n.º 7 do art.º 28 do DL 270/2001, de 6 de Outubro, alterado pelo decreto-lei n.º 340/2007 de 12 de Outubro – 18 dias depois escreve “no momento da discussão do assunto não conhecia o âmbito da fundamentação legal”.....
- 7.º O decreto-lei 340/2007 de 12 de Outubro que estabelece o regime jurídico exploração de pedreiras, que regula o ato deliberativo em causa e não outro como o Sr. Vereador Jorge Mendonça quer dar a entender, está referenciado no assunto do ofício da Direção Regional de Economia do Centro.
- 8.º Este mesmo diploma prevê no n.º 3 do artigo 41ª que “o PARP pode prever a utilização de solos e rochas e similares não contendo substâncias perigosas estando o explorador dispensado de licenciamento específico para a deposição destes resíduos”



9.º Na formulação das reservas/condicionantes da informação técnica que pretendemos ver salvaguardadas neste parecer relativo à alteração do Plano Ambiental e de Recuperação Paisagística que também são solicitadas no mesmo ofício da Direção Regional de Economia do Centro no seu 2.º parágrafo que passo a citar a informação dos serviços entende que face à proposta de enchimento do vazio da escavação da área de intervenção com a reposição da morfologia original do terreno, através de solos, rochas, inertes resultantes da atividade extrativa, cerâmica, construção e demolições não contendo substâncias perigosas, deverá está cumprir a legislação aplicável, o regime jurídico de resíduos em aterro (decreto lei 183/2009 de 10 de Agosto), garantido desta forma a defesa vincada e escrupulosa e integral de todas as condições ambientais, segurança e saúde pública e 18 dias depois o Sr. Vereador escreve “parece terem sido criadas condições para aprovação por unanimidade de uma deliberação da qual os interesses privados poderão vir a ser claramente beneficiados já que se trata de um aterro”

Os factos falam por si, sem considerações e sem juízos de valor, e são o evidente que:.....
O executivo municipal não votou de cruz, nem quase de cruz este parecer (nem o Sr. Vereador), votou em consciência e, por isso, por unanimidade, e 18 dias depois, após a Assembleia Municipal, o Sr. Vereador, Dr. Jorge Mendonça, pretende alterar o seu voto de consciência por um voto involuntário e inconsciente. Sr. Vereador Dr. Jorge Mendonça, advogado de 54 anos, político com mais de 20 anos de serviço como Autarca pelas listas do CDS-PP no nosso concelho, acha que eu e muitos como eu acreditam que o Sr. Vereador votava favoravelmente este assunto de forma involuntária e inconsciente ... Não, o Sr. Vereador na menor dúvida votava contra ... Não podemos ter hoje uma posição sobre um assunto tão importante e 18 dias depois ... por motivos de claro oportunismo político ... alteramos a nossa posição.

Para bom entendedor meia palavra basta. É o que podemos referir sobre estas posturas do Sr. Vereador Dr. Jorge Mendonça eleito pelas Listas do CDS-PP de Oliveira do Bairro.”

O Vereador Jorge Pato, lamentou que se tenha feito esta intervenção sem a presença do visado e uma das razões que levou a este desenlace tem a ver com a falta de documentação. Como na reunião de hoje em que não há um único anexo de documentação.

O Presidente da Câmara, referiu que o que todos lamentam é a não presença do Vereador Jorge Mendonça pelo que provocou e escreveu. A pura das verdades é a gravação que se ouviu. Não houve qualquer alteração ao envio de documentação relativamente à prática que era seguida antes.....

O Vereador Henrique Tomás, comentou que o facto do Vereador Jorge Mendonça não estar presente não invalida que se emita a opinião. Uma vez que se trata de uma reunião pública



Oliveira do Bairro câmara municipal

entende que o assunto deve ser discutido, mas como não tem nada a esconder voltará a falar no assunto quando for oportuno e com as pessoas visadas.

A Vereadora Laura Pires, em relação a este ponto e para que fique clara a sua posição, referiu que a democracia é um exercício muito aliciante mas de grande responsabilidade. Os cargos políticos trazem responsabilidades, trazem direitos mas também deveres de estudo e consulta. Disse que é absolutamente solidária, sabe o que votou. Quando não tem conhecimento concreto sobre as matérias acredita que os colegas e os técnicos as têm. Não se revê na forma como o poder Autárquico foi exercido. Não houve da oposição nenhuma contraproposta sobre esta matéria, mas sim um voto favorável. Vale a pena exercer o poder político de uma determinada forma, o que não aconteceu.

O Vereador Amílcar Mota, referiu que não esteve presente na reunião de discussão do assunto, mas como conhece o assunto há vários anos pareceu-lhe que estávamos na presença da resolução do problema e não de um novo problema. Disse estranhar a preocupação com os inertes, uma vez que a Estação de Transferência do anterior projeto previa a receção e depósito quer de inertes quer de não inertes. A Proposta atual apenas prevê o depósito de inertes.

Mais disse, que o que não quer é barreiros abertos, tendo lutado, no passado, para que não se abrissem outros, estando por isso mesmo perfeitamente consciente do que está em causa, o objetivo é que se contribua para o fim dos barreiros.

O Presidente da Câmara, referiu que não existem dúvidas de que o assunto foi debatido e esclarecido pelas pessoas certas. As pessoas votaram em consciência. O assunto está assim encerrado.

PONTO 2 – CANDIDATURA AO SISTEMA DE APOIOS À MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA (SAMA).

Intervio neste ponto da Ordem de Trabalhos o Presidente da Câmara a fim de expor o assunto e o Vereador Carlos Ferreira.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade, o seguinte:

1.º - Reconhecer que o Projeto objeto de candidatura ao Sistema de Apoios à Modernização Administrativa (SAMA), assume um carácter estratégico, sendo decisivo para a melhoria da eficiência e da qualidade dos serviços prestados pelos beneficiários às empresas e aos cidadãos e contribuindo deste modo para os esforços de modernização administrativa em curso em consistência com os objetivos nacionais e regionais estabelecidos neste domínio, assumindo também um carácter prioritário, na medida em que a área de implementação tem primazia em



Oliveira do Bairro câmara municipal

relação a outros projetos ou necessidades de investimento, podendo ser concretizada no prazo máximo de 16 meses após a contratualização do financiamento;

2.º - Subsequentemente, submeter o mesmo à apreciação e deliberação da Assembleia Municipal...

PONTO 3 – PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE A COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA REGIÃO DE AVEIRO, PORTO CANAL E CANAL CENTRAL – COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA.....

Intervio neste ponto da Ordem de Trabalhos o Presidente da Câmara a fim de expor o assunto e o Vereador Henrique Tomás.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade, aprovar a comparticipação do Município de Oliveira do Bairro, decorrente do “Protocolo de Colaboração entre a CI da Região de Aveiro, Porto Canal e Canal Central” no montante de 5.000,00 € (cinco mil euros) acrescido de IVA à taxa legal em vigor, a transferir para a Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro.

PONTO 4 – INFORMAÇÃO PRESTADA PELA “UNIDADE DE 2.º GRAU DE DESPORTO E JUVENTUDE” – PROJETO DE REGULAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DA JUVENTUDE DO MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO BAIRRO.

Intervio neste ponto da Ordem de Trabalhos a Vereadora Laura Pires a fim de expor o assunto, o Presidente da Câmara e os Vereadores Jorge Pato, Henrique Tomás e Amílcar Mota.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade, o seguinte:

1.º - Aprovar a proposta de Projeto de Regulamento do Conselho Municipal da Juventude, ao abrigo do disposto no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, no art.º 25.º e n.º 2 do art.º 27.º da Lei n.º 8/2009, de 18 de fevereiro, e na alínea a) do n.º 2 do art.º 53.º e alínea a) do n.º 6 do art.º 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, com as alterações introduzidas ao artigo 25.º.

2.º - Submeter o Projeto de Regulamento a audiência dos interessados e, concomitantemente, a um período de discussão pública, durante o prazo de 30 dias úteis, garantindo-se a sua adequada divulgação através de edital, no site oficial da Autarquia e no Diário da República;

3.º - Se após o decurso do período de audiência dos interessados e discussão pública, não tiver havido dedução de sugestões por parte dos interessados, considerar-se-á o documento definitivamente aprovado;

4.º - Registando-se sugestões por parte dos interessados, devem as mesmas ser postas à consideração e análise da Câmara Municipal, com vista ao seu eventual acolhimento;

5.º - Posteriormente, deverá a proposta de projeto de regulamento ser remetida à Assembleia



Oliveira do Bairro câmara municipal

Municipal, para ulterior sancionamento;

6.º - Em caso de aprovação, promover a sua publicação nos termos legais;

PONTO 5 – INFORMAÇÃO PRESTADA PELA “UNIDADE DE 2.º GRAU DE MANUTENÇÃO E SERVIÇOS URBANOS” – CONSUMO DE ÁGUA DO TANQUE DE ENCHIMENTO DE VIATURAS DE COMBATE A INCÊNDIO DO QUARTEL DOS BOMBEIROS – TRANSFERÊNCIA DE VERBA NO MONTANTE DE 78,30 €.

Intervio neste ponto da Ordem de Trabalhos o Presidente da Câmara a fim de introduzir o assunto.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade autorizar a transferência do montante de 78,30 € (setenta e oito euros e trinta cêntimos), com vista ao pagamento de despesas relativo ao consumo de água do Tanque de enchimento de viaturas de combate a incêndios da Associação Humanitária dos Bombeiros de Oliveira do Bairro.

PONTO 6 – INFORMAÇÃO PRESTADA PELA “UNIDADE DE 2.º GRAU DE MANUTENÇÃO E SERVIÇOS URBANOS” – CONSUMO DE ÁGUA DO TANQUE DE ENCHIMENTO DE VIATURAS DE COMBATE A INCÊNDIO DO QUARTEL DOS BOMBEIROS – TRANSFERÊNCIA DE VERBA NO MONTANTE DE 43,99 €.

Intervio neste ponto da Ordem de Trabalhos o Presidente da Câmara a fim de introduzir o assunto.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade autorizar a transferência do montante de 43,99 € (quarenta e três euros e noventa e nove cêntimos), com vista ao pagamento de despesas relativo ao consumo de água do Tanque de enchimento de viaturas de combate a incêndios da Associação Humanitária dos Bombeiros de Oliveira do Bairro.

PONTO 7 – INFORMAÇÃO PRESTADA PELO SECRETÁRIO DO VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA – 9.ª EDIÇÃO CORTA-MATO CIDADE DE OLIVEIRA DO BAIRRO – APROVAÇÃO DE MINUTA DE PROTOCOLO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO BAIRRO E A ADERCUS.

Intervio neste ponto da Ordem de Trabalhos o Presidente da Câmara a fim de expor o assunto.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade, aprovar a Minuta de Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais, a celebrar entre o Município de Oliveira do Bairro e a ADERCUS –



Oliveira do Bairro câmara municipal

Associação Desportiva Recreativa e Cultural da Serena, com vista à atribuição de uma comparticipação financeira no valor de 8.500,00 € (oito mil e quinhentos euros), para comparticipação na organização da "9.ª Edição do Corta-Mato Cidade de Oliveira do Bairro"

PONTO 8 – APROVAÇÃO DE MINUTA DE PROTOCOLO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO BAIRRO E A FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DE BUSTOS.

Intervio neste ponto da Ordem de Trabalhos o Presidente da Câmara a fim de introduzir o assunto.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade, aprovar a minuta de Protocolo, a celebrar entre o Município de Oliveira do Bairro e a Fábrica da Igreja Paroquial de Bustos, com vista à atribuição de uma comparticipação financeira no valor de 8.081,10 € (oito mil e oitenta e um euros e dez cêntimos), para apoio à aquisição de cadeiras de auditório.

PONTO 9 – EMISSÃO DE CERTIDÃO EM COMO A CÂMARA MUNICIPAL NÃO ESTÁ INTERESSADA EM REQUERER OU PROMOVER UMA SEGUNDA AVALIAÇÃO E PRESCINDE DO PRAZO DE 30 DIAS PARA RECLAMAR DO VALOR PATRIMONIAL TRIBUTÁRIO APURADO NO PRÉDIO URBANO ARTIGO 629, FREGUESIA DA PALHAÇA.

Intervio neste ponto da Ordem de Trabalhos o Presidente da Câmara a fim de introduzir o assunto.

Por se declarar impedido, o Vereador Amílcar Mota, nos termos e ao abrigo do n.º 4 do art.º 24.º do Código do Procedimento Administrativo, não participou na discussão nem na votação do presente assunto da Ordem de Trabalhos, declaração de impedimentos aquelas que foram aceites pela Câmara Municipal.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade, ao abrigo do disposto no artigo 15.º-F do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, não requerer ou promover uma segunda avaliação do prédio artigo 629 da Freguesia de Oiã, pertencente a Deolinda de Jesus, bem como prescindir do prazo previsto no mesmo articulado legal.

PONTO 10 – INFORMAÇÃO N.º 49/2013 DA "UNIDADE DE 3.º GRAU CONHECIMENTO E COESÃO SOCIAL" – CONTRATAÇÃO DE DOCENTE PARA ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR – PROFESSOR DE MÚSICA – RATIFICAÇÃO DO DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA DATADO DE 18/02/2013.



Oliveira do Bairro câmara municipal

Intervio neste ponto da Ordem de Trabalhos o Presidente da Câmara a fim de introduzir o assunto.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade, ratificar o despacho do Presidente da Câmara, datado de 18 de fevereiro de 2013, em que autorizou a contratação de docente para as Atividades de Enriquecimento Curricular – Professor de Música.

PONTO 11 – OFÍCIO DA COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE OLIVEIRA DO BAIRRO – INDIGITAÇÃO DE REPRESENTANTE PARA A CPCJ – RATIFICAÇÃO DO DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA DATADO DE 20/02/2013.....

Intervio neste ponto da Ordem de Trabalhos o Presidente da Câmara a fim de introduzir o assunto.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade, ratificar o despacho do Presidente da Câmara, datado de 20 de fevereiro de 2013, em que indicou o Técnico Hélio Bento Ferreira, como representante do Município na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Oliveira do Bairro.

ADITAMENTO

PONTO 1 – RATIFICAÇÃO DO DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA DATADO DE 18 DE FEVEREIRO DE 2013 – CONTRATAÇÃO DE ASSISTENTES OPERACIONAIS.....

Intervio neste ponto da Ordem de Trabalhos o Presidente da Câmara a fim de introduzir o assunto.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade, ratificar o despacho do Presidente da Câmara, datado de 18 de fevereiro de 2013.....

PONTO 2 – E-MAIL DO MAMARROSA FUTEBOL CLUBE – PEDIDO DE CEDÊNCIA DO ESTÁDIO MUNICIPAL PARA REALIZAÇÃO DE JOGO DE FUTEBOL.....

Intervio neste ponto da Ordem de Trabalhos o Presidente da Câmara a fim de introduzir o assunto e o Vereador Henrique Tomás.....

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade, autorizar a cedência gratuita do Estádio Municipal no dia 14 de março, pelas 19.00 horas, ao Mamarrosa Futebol Clube, com vista à realização de um jogo de futebol.....



Oliveira do Bairro câmara municipal

.....
.....
RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA: Foi presente o **Resumo Diário da Tesouraria** referente ao dia **27** de **fevereiro** do ano de **2013**, o qual acusa os seguintes dados e valores:

DOTAÇÕES ORÇAMENTAIS: **2.196.590 Euros e 59 Cêntimos**

DOTAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS: **1.063.053 Euros e 24 Cêntimos**

TOTAL DAS DISPONIBILIDADES: **3.259.643 Euros e 83 Cêntimos**
.....
.....

PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO: Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos os seguintes cidadãos:

MANUEL AUGUSTO, Presidente da Junta de Freguesia da Palhaça, questionou o Presidente da Câmara acerca da adjudicação da 2.ª Fase da Feira da Palhaça.

Relativamente aos barreiros, disse não ter opinião e que transmitiria essa mesma opinião após a realização da Assembleia de Freguesia.

FERNANDO SILVA, residente na Freguesia da Palhaça, disse estar presente como representante da Associação Ambientalista. Referiu que os barreiros têm que ter uma solução e uma solução de enchimento. Referiu ainda, que na informação da Engª Sandra Costa da Câmara Municipal, não existe qualquer referência à legislação sobre as pedreiras.

Mais disse que a Associação tinha solicitado um Parecer, onde era mencionado que aquela atividade viola o PDM e que ainda não se tinha atingido a cota máxima de exploração.

MILTON COSTA, residente na freguesia de Bustos, referiu que o parecer da Engª. Sandra Costa não chega para o informar. O melhor será deixar ficar as coisas como estão. Questionou como é que se sabe se não irá ser depositado no local algo que não deveria. Mais disse que se fosse uma entidade pública a levar a efeito este depósito ficaria mais descansado do que sendo levado a efeito por uma empresa privada.

CARLOS VIEGAS, residente na freguesia do Troviscal, abordou a questão dos semáforos no cruzamento do Porto Clérigo.

Reportou-se igualmente a alguns buracos junto ao Centro Ambiente para Todos e que urge solucionar.

O PRESIDENTE DA CÂMARA, Informou ter sido aberto o procedimento para solucionar a questão dos semáforos do Porto Clérigo.

Em relação aos buracos junto ao Centro Ambiente para Todos, tomou nota dessa informação e



Oliveira do Bairro câmara municipal

disse que iria ser resolvido.....

Reafirmou o que já disse ao Presidente da Junta de Freguesia da Palhaça no que respeita à empreitada da 2.ª Fase da Feira da Palhaça, ou seja, que é também sua preocupação e que não desiste, contudo, a Lei deve ser cumprida e o facto é que houve reclamações que têm de ser analisadas.

Reiterou que no início da reunião, foram já respondidas várias questões que foram agora colocadas, tendo afirmado nunca ter recebido da parte da Associação Ambientalista Chão Verde, qualquer referência ao seu Plano de Atividades, Prestação de Contas ou referência à sua direção.....

Referiu que a Autarquia tem a obrigação de dar o Parecer e assumir as suas posições, e se o Professor Miilton diz que se fosse uma entidade pública não veria qualquer inconveniente, então porque não fazer tudo para que se cumpra a legislação.

Mais disse que na Informação Técnica estavam bem patentes as preocupações nesta matéria.

DORINDA REIS, residente na Freguesia de Bustos, referiu que em relação à Associação Chão Verde, informou que a mesma foi legalmente constituída e não tem remetido o Plano de Atividades, dado que não tem solicitado qualquer tipo de subsídios e apoio à Câmara Municipal.

PRESIDENTE DA CÂMARA, reafirmou que há alguns anos a esta parte não tem recebido Plano de Atividade ou documentos relativamente àquela Associação, contudo, outrora, desconhece se receberam ou não subsídios, mas sabe que procederam à entrega dos mencionados documentos. ...

JOAQUIM MAIA, residente na Freguesia de Oliveira do Bairro, questionou relativamente ao andamento do seu loteamento.

O PRESIDENTE DA CÂMARA, relativamente a esta última questão, informou que o Município já tinha sido informado do ponto de situação do processo, não estando a Câmara Municipal interessada em adquirir o imóvel.....

.....
Neste momento ausentou-se da reunião o Vereador Jorge Pato, não tendo tomado parte na votação da aprovação da presente Ata.

.....
APROVAÇÃO DA ATA: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade, nos termos do n.º 1 e do n.º 2 do art.º 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, aprovar a presente Ata.

.....
Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a reunião, eram dezoito horas e trinta e cinco minutos, da qual se lavrou a presente Ata, que depois de lida e



Oliveira do Bairro câmara municipal

aprovada vai ser assinada por todos os presentes acima referidos e por mim, Paulo Jorge Figueiredo Martins, Secretário do Vice-Presidente da Câmara, que a redigi.....

.....

MÁRIO JOÃO FERREIRA DA SILVA OLIVEIRA

AMÍLCAR ANTÓNIO EUSÉBIO MOTA

LAURA SOFIA AIRES FERREIRA PIRES

CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA

JORGE FERREIRA PATO

HENRIQUE SANTIAGO TOMÁS

PAULO JORGE FIGUEIREDO MARTINS